



## DERROTANDO O MONSTRO DAS TRÊS CABEÇAS: UMA REFLEXÃO FEMINISTA SOBRE O GÊNERO

Teresa Cunha



Apesar de na sua origem o conceito de Género ter sido formulado pelos movimentos feministas para servir as lutas de emancipação e de igualdade entre mulheres e homens, temos assistido, nas duas últimas décadas, a um recrudescimento da cooptação e da apropriação da palavra e do conceito para outros fins que nada têm que ver com a transformação social pela qual gerações de feministas têm vindo a lutar por todo o mundo.

Repensar o Género significa pensá-lo criticamente, isto é, fazer perguntas à nossa realidade para ir além do que já sabemos e também daquilo que é óbvio. O objectivo principal desta reflexão tem duas dimensões principais. A primeira é desnaturalizar as discriminações, as opressões e os privilégios que existem com base nas diferentes identidades sexuais e expectativas construídas em torno delas; a segunda é reactivar as potencialidades do conceito de *género* para a transformação política e emancipatória do nosso mundo.

Neste sentido, partimos da afirmação de que não há Justiça Social sem Justiça de Género para sublinhar a constitutiva interdependência entre Sociedade, Justiça e Género e manifestar o nosso comprometimento com uma visão feminista de Moçambique e do mundo e das transformações necessárias e urgentes.



# DERROTANDO O MONSTRO DAS TRÊS CABEÇAS: UMA REFLEXÃO FEMINISTA SOBRE O GÊNERO

## Introdução

O *gênero* é um conceito desenvolvido pelos movimentos sociais e intelectuais feministas que permite perceber a construção social dos corpos e das diferentes identidades sexuais e, correspondentemente, dos papéis, comportamentos e estatutos que lhes são atribuídos por uma determinada sociedade, num determinado período histórico. É uma forma de dar significado concreto às relações de poder desigual, existentes, e também, às resistências levadas a cabo contra as opressões geradas por elas. O *gênero* é, portanto, uma categoria relacional que possibilita explicar a exclusividade dos privilégios de alguns contra a discriminação da maioria nas várias esferas da vida: pessoal, comunitária, política, económica, cultural (Butler, 2004).

O conceito de *gênero* é uma ideia em permanente construção pois, referindo-se a relações sociais

construídas em torno das identidades sexuais, precisa levar em consideração os contextos, a história, os territórios e os corpos que são marcadas por eles. Neste sentido, é um conceito complexo e que pode assumir variados significados segundo o momento histórico, a sociedade e a cultura onde ele é produzido e utilizado. Assim, dever-se-á ter em consideração que não existe um conceito universal de *gênero* que possa ser pensado independentemente do espaço e do tempo. A sua complexidade advém, pois, da sua capacidade de se transformar dentro de cada cultura assumindo prioridades diversas, formas de o explicar variadas e práticas e expectativas sociais diferentes.

Esta reflexão é um ensaio feminista sobre o *gênero* e nele procuramos repensar o conceito de *gênero* situando no tempo e no espaço os debates que o trouxeram para o

centro dos debates feministas do século XX. Apresentamos alguns princípios políticos e epistemológicos sobre os quais ancora o desenvolvimento desta reflexão, para além de discernir algumas das características do nosso mundo actual e problematizar porque é que elas são importantes para se repensar o conceito de *género* hoje em dia. Na terceira secção deste ensaio aprofundamos as relações entre a economia política contemporânea, a vitimização das mulheres e dos seres que se pensam como femininos e apresentamos alguns princípios para pensar o *género* de forma política para a emancipação. Por último fazemos uma reflexão a partir dos problemas postos pela realidade moçambicana sem, porém, perder de vista, caminhos de futuro e de esperança com base nas experiências, ideias e horizontes abertos ao longo do projecto *Repensar o Género* da Fundação Friedrich Ebert – Moçambique levada a cabo, com a prática constante da democracia discursiva.



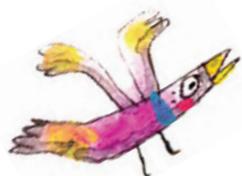
## I. Repensar o Género: os primeiros passos de um caminho que se faz caminhando

No final dos anos 40 do século XX a feminista francesa Simone de Beauvoir perguntava, no seu livro 'O Segundo Sexo', 'Porque é que a mulher é o *Outro*?' E respondia de imediato: 'Trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história. Trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana' (Simone de Beauvoir, 1975: 67). Estava lançado um dos importantes debates feministas contemporâneos: a criação social da feminilidade e da masculinidade. Por outras palavras, o conceito de género deixava de ser uma categoria meramente biológica para se tornar numa ideia que permitia perceber e explicar as contingências do que é ser mulher (ou homem) e colocava em evidência as desigualdades construídas em torno da invenção da oposição hierárquica entre mulher e homem.

A partir dos anos 60/70 do século XX, nomeadamente na Europa e na América do Norte, os Estudos de Género consolidaram-se como disciplina. Nascidos dos intensos debates feministas do final do século (Braidotti, 2011), as diferenças entre os Estudos sobre o Género e os Estudos Feministas apesar de ténues elas foram-se aprofundando à medida que o sistema mundial foi sendo dominado pelo individualismo neo-liberal. Foi-se tornando claro que não bastava aderir ao conceito de *género* para que a abordagem, os processos e os resultados tivessem um carácter feminista. O conceito de *género* apesar de resultar de uma crítica profunda aos sistemas de desigualdades entre mulheres e homens construídos social e historicamente e reclamar, por isso, uma transformação estrutural da política, da economia, da ciência e da cultura, muitas vezes tem sido utilizado para criar éticas essencialistas que mantêm a subalternização e a minoridade dos seres que se pensam e se representam como

femininos. A partir dos anos 1990 várias autoras e autores (Elson, 1992; Sparr, 1995) chamam à atenção e mostram que tanto as políticas de cooperação e desenvolvimento protagonizadas pelos países do norte global assim como de instituições africanas como a União Africana e o NEPAD parecem ter aderido a esta versão despolitizada do *género* nos seus programas e políticas.

Embora o capitalismo neoliberal seja uma incubadora de uma visão apolítica e até conservadora do *género*, ele age articulando-se tanto com o patriarcado como com as formas contemporâneas de colonialismo para impor uma visão dominante, e até universal, do que devem ser as relações entre os seres humanos que se identificam como mulheres ou como homens (Cunha, 2014, 2015).



Questionar e repensar o conceito de *género* com vista a uma transformação justa e emancipatória do mundo em que vivemos obriga-nos a perceber e a assumir, desde logo, que a globalização neoliberal em que vivemos enfraquece os laços sociais, deixando as pessoas desamparadas e vulneráveis (Mate, 2017: 17; Tshabalala, 2015; Manzanera-Ruiz, 2009; Marín-Sánchez, 2006). A debilidade dos vínculos sociais e a qualificação de obscurantistas e obsoletas todas as sociabilidades que não se submetam às lógicas dos mercados capitalistas (onde tudo se vende e tudo se compra) produziram uma atmosfera em que o *género* passou a ser um produto de troca ou de marca de uma elite cada vez mais afastada e insensível às verdadeiras condições de vida dessas pessoas a quem chama de mulheres ou as qualifica de *género feminino*. Nas palavras

de Akinbobola (2019) estamos perante o florescimento de feminismos neoliberais e/ou de mercado que criam aquilo a que se chama de *cegueira de género* sob o disfarce de uma retórica de políticas *sensíveis ao género* ao mesmo tempo que oferecem abordagens somente orientadas para o mercado e não aceitando críticas de fundo à sua incapacidade de alterar, estruturalmente, o estado das coisas e das desigualdades persistentes, seja no mundo em geral ou nas sociedades africanas em particular. Questionamos se a conjugação dos três principais sistemas de opressão e que aqui chamamos de *monstro das três cabeças* – o capitalismo, o colonialismo e o hétero-patriarcado – abre espaço para uma justiça social com base na justiça de género. O principal desafio é perguntar até que ponto esse *monstro das três cabeças* não é o responsável pelos preconceitos e juízos de valor que transformam metade da humanidade em seres desiguais, vulneráveis, incapazes e menores e, portanto, impossibilitados de viver com plenitude a sua humanidade.

Apesar de não ser o objectivo principal desta reflexão feminista os debates sobre o *género* e a necessidade de o repensar estão conectados com a discussão sobre o próprio conceito de *mulher*<sup>1</sup>. Muitas feministas têm vindo a discutir desde os anos 1990 do século XX se o próprio o conceito de *mulher*, que resulta de uma visão dual do género e que pretende ser universal, não é, em si mesmo, uma categoria opressora e aniquiladora da diversidade existencial desses seres que se pensam e se dizem femininos. Este debate tem sido liderado, principalmente, por feministas africanas, asiáticas e latino-americanas para as quais a sua experiência como mulheres negras e chicanas foi decisiva

---

1. É por ter a consciência das potencialidades coloniais e hétero-patriarcais que a categoria 'Mulher' pode conter que utilizo a expressão *seres que se pensam e se dizem femininos* de forma a clarificar a nossa posição analítica. Contudo, por uma questão de economia de leitura, prosseguimos esta reflexão usando a palavra 'Mulher' muito embora nesta utilização estão acautelados os problemas e os limites que agora clarificamos nesta nota de rodapé. Queira, cara e caro leitor/a, ao ler Mulher nesta Reflexão Feminista, ter em conta que não assumimos, nessa palavra e conceito, qualquer intenção universalista.

para a compreensão do potencial colonial e hétero-normativo do conceito de mulher. Entre outras, destaco as seguintes: Chandra Talpade Mohanty (1991), Ifi Amadiume, 1998, Sílvia Cusicanquí (2010), María Lugones (2010), Karina Bidaseca e Vanesa Laba (2011) Oyěwùmí Oyèrónké (2017)<sup>2</sup>, Patricia McFadden (2018). Elas defendem duas coisas principais.

A primeira é que um conceito universal de *mulher* esconde a diversidade de formas em que se expressam as diferentes feminilidades existentes no mundo dando primazia às identidades hétero, brancas e ocidentais. Por outro lado, elas colocam em evidência como esse conceito perpetua condições de opressão e de discriminação da maioria das pessoas a quem costumamos chamar de mulheres, herdadas do colonialismo europeu. No fundo estas autoras, que são também activistas feministas, mostram como este conceito dominante e mono-cultural de *mulher* pode ser uma variação do conceito de género cooptado pelo neoliberalismo actual que opera através do patriarcado e de novas formas de colonização dos territórios, nos corpos das mulheres e na ciência.



Assim, enuncio alguns dos princípios sobre os quais repousa esta nossa reflexão de repensar o *género* e que orientam a análise que se segue. São eles:

- Precisamos voltar às nossas bases e de nos perguntarmos, a todo o momento, porque é que, particularmente as mulheres rurais, deslocadas, deficientes, idosas, crianças, pescadoras, camponesas, muqheristas ou

vendedeiras do sector informal, viventes com HIV/SIDA, residentes nas periferias não participam plenamente na sociedade, nos movimentos e nas instituições e não têm o poder de decidir?

- Precisamos de ouvir, com redobrada atenção, a todas/os<sup>3</sup> mesmo aquelas/es que não querem o mesmo do que nós, que não falam como nós, que não explicam os direitos humanos das mulheres e o feminismo como nós. Afinal, não necessitamos, todas/os, de lutar lado a lado?
- Precisamos aprender a valorizar a diversidade de culturas, línguas, cosmovisões e experiências que há no nosso continente e no mundo para criar laços, fazer alianças porque ninguém se emancipa sozinha/o nem fechada/o no seu pequeno mundo;
- Precisamos de muito mais do que preencher estruturas e ser números em gráficos e estatísticas. A Justiça de Género não se alcança apenas com o aumento da presença de mulheres nos órgãos do estado, no judiciário ou nas corporações económicas; nem pelo número de vezes que a palavra género aparece nos discursos e nos projectos para agradar a autoridades e instituições financiadoras;
- Precisamos de reflexão crítica; romper com todos os comportamentos machistas, sexistas, homofóbicos e transfóbicos, mesmo aqueles que parecem não ser ou que, inadvertidamente, vamos aceitando como naturais. Carecemos de questionar qualquer *status quo* que afasta a maioria das pessoas das estruturas de decisão;
- Precisamos entender que, quem detém privilégios (a maioria são homens, ricos e hétero) não prescinde deles a não ser que seja obrigado. Na perspectiva de quem tem

---

2. O livro original foi publicado com o título *The Invention of Women. Making an African sense of western gender discourses* pela University of Minnesota em 1997.

---

3. Uma vez que a Língua Portuguesa permite declinar no feminino e no masculino e assumindo que o universal masculino é uma forma de violência simbólica que deve deixar de existir utilizarei neste texto sempre o feminino seguido do masculino par dar conta, política e cognitivamente da diversidade presente na sociedade.



privilégios dividir a autoridade e o poder não lhe traz qualquer benefício por isso resiste às mudanças e inventa discursos e práticas que rebaixam quem quer modificar as coisas. Por isso, a participação democrática nos processos de decisão é sempre uma luta e uma disputa para a qual é necessário persistência, valentia e uma boa dose de coragem;

- Precisamos aproveitar todas as estratégias, inventadas por nós ou por outras pessoas, em África ou em qualquer outro continente, que nos possam ajudar a viver melhor, com mais dignidade e mais justiça. Por isso queremos a lei das quotas e da paridade a 50% em todos os níveis de poder e estruturas sociais; práticas de discriminação positiva para compensar quem ainda é desfavorecida/o ou que não teve outras oportunidades seja na educação, na política, na saúde ou no emprego;
- Precisamos questionar o Estado sobre a sua vontade política em implementar, efectivamente, as boas leis que já temos assim como mudar, positivamente, aquelas que já não nos servem. Um quadro jurídico avançado por si só não resolve tudo mas é um recurso indispensável para acabar com a impunidade e proteger muitos grupos sociais que continuam a sofrer abusos e violência de forma sistemática, especialmente meninas, mulheres e pessoas LGBTQ+;
- Precisamos aceitar e fazer aceitar que não somos todas/os iguais e que existem diferenças entre nós, seja qual for a nossa identidade sexual e o nosso género. Para haver Justiça de Género é preciso garantir o princípio *one size doesn't fits all*.

Repolitizar o conceito de género significa, pois, torná-lo capaz de ser um horizonte e uma ferramenta de todas/os as/os que estão prontas/os para construir uma justiça com benefícios para todas/os e sem os privilégios de poucas/os.

## 2. Dando mais um passo em frente: o conceito de género e o mundo em que nós vivemos

Desde as primeiras formulações do conceito de género e a sua disseminação a partir dos anos 1960 do século XX que o mundo experimentou mudanças profundas. Os diversos conhecimentos e práticas feministas identificaram novas questões, limites e contradições que são necessárias de ter em consideração hoje em dia, quando se fala e se utiliza o género como categoria, conceito ou ideia com o objectivo da emancipação humana de todas as opressões. Enunciamos a seguir as que me parecem ser fundamentais.



Desde o início do século XXI que se tem uma consciência cada vez mais aguda sobre o aprofundamento das desigualdades estruturais no mundo. O slogan *we are the 99%* que foi lançado pelo movimento *Occupy* em 2011 nos Estados Unidos da América, pretende demonstrar isso mesmo: 1% da população mundial usufrui do bem-estar e das riquezas produzidas no mundo versus os outros 99% que vivem sem poder desfrutar dos benefícios que o seu próprio trabalho gera. Em termos comparativos podemos constatar que para o continente africano, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH) referente a 2020 mostra que, dos 32 países com um IDH baixo, 29 são africanos. Ao contrário, verifica-se que dos 66 países do mundo com IDH muito elevado 38 são europeus e dos 52 com IDH elevado estudados, 6 são europeus. Não existe nenhum país europeu na tabela de IDH médio, baixo e muito baixo. Esta simples comparação demonstra as extremas e persistentes desigualdades e disparidades entre as diferentes regiões e continentes do mundo (UNDP, 2020: 347 e ss.).

Neste nosso século, várias das forças políticas nos vários continentes ascenderam ao poder e constituíram governos autoritários, economicamente neoliberais, socialmente conservadores e misóginos (Santos; Mendes, 2017). Este *backlash* conservador destes regimes políticos muitos deles pró-fascistas são contra os direitos humanos das mulheres, e das demais identidades sexuais não conformes com o ideal masculino: branco-ocidental-proprietário-guerreiro. Propagam a ideia de que a chamada 'ideologia de género' é a raiz de todos os males. Com isso procuram trazer de volta aquilo a que chamam a 'ordem natural' das coisas. Isso inclui a manutenção dos privilégios masculinos fundados na sua suposta superioridade intelectual, social e emocional e advogando o retorno aos papéis 'tradicionais' de homens, mulheres dentro e fora da família. Isto significa sempre que a 'boa' mulher é aquela que se ocupa do 'lar' abnegada e obedientemente.

Além disso, estes regimes e as suas correntes de pensamento político têm servido para justificar práticas culturais, sociais e económicas de desmonte de direitos e garantias que colocam em causa muitos dos ganhos conseguidos no século XX no que respeita à justiça social e aos



níveis de igualdade e inclusão das mulheres e da comunidade LGBTQ+ (Moreira, 2019). Ao contrário, o *género* tem ainda sido utilizado para reforçar políticas de austeridade e de empobrecimento, sobretudo das raparigas e das mulheres e ainda de todos os demais seres que se representam como femininos (Federici, 2013).

Por outro lado, as políticas de cooperação ao desenvolvimento, levadas a cabo pelos países do norte global, em geral adoptam o *género* como um requisito central para acesso e usufruto dos benefícios postos à disposição dos países do sul global (Vietez-Cerdeño, 2017). Isto significa, na maioria das vezes, que as organizações e instituições que apoiam devem fazer prova da 'sensibilidade ao género' das suas políticas e orçamentos. Devem estar disponíveis para mudar os parâmetros da sua retórica incluindo nela a Igualdade de Género e outras expressões idênticas que passam a ser princípios abstractos e sem qualquer potência transformadora. Para além disso, o conceito de *género* que é utilizado é aquele que é pensado e desenvolvido nos países ocidentais que tem muito pouco ou nada em conta os contextos, as culturas e os conhecimentos locais das sociedades para onde é exportado.

Esta aparente centralidade do *género*, imposta de cima para baixo, conjugada com a crescente burocratização e controlo técnico dos projectos e programas de cooperação e o recrudescimento de uma atmosfera cultural conservadora nos países 'apoiados' tem vindo a gerar vários impactos negativos (Akinbobola, 2019).

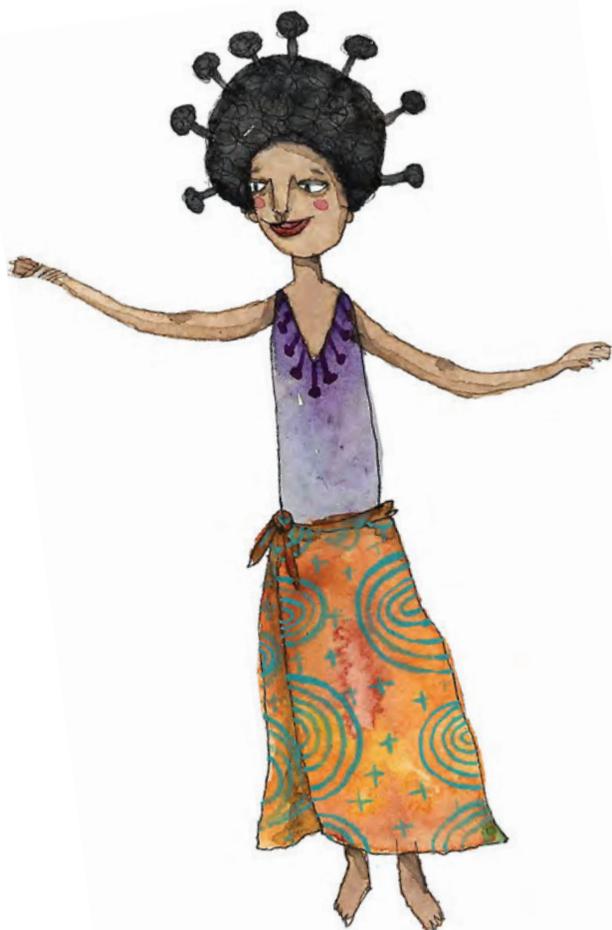
O primeiro é a **redução do conceito de género** a um critério burocrático de elegibilidade para aceder a fundos e ao reconhecimento internacional. Esta situação tem exercido uma disciplina, muitas vezes imperceptível mas eficaz sobre os movimentos e organizações sociais, tornando irrelevantes as suas interpretações sobre o *género*, o potencial cultural para uma igualdade entre mulheres e homens existente nas suas culturas, os seus conhecimentos e agendas de transformação.

O segundo é a **emergência de elites locais de especialistas em *gênero*** que, sem espírito crítico, se tornam capazes de mobilizar recursos e de se relacionar com as instituições financiadoras sem nunca colocar em causa o potencial neocolonial que este sistema representa. O terceiro é ter criado uma **cultura organizacional e política que amiúde faz coincidir o conceito de *gênero* com o de 'Mulher'** tornando-se em mais um instrumento de discriminação e minorização das identidades femininas qualificando o *gênero*, depreciativamente de 'meras coisas de mulheres'.

A experiência vivida ao longo do ano de 2020 com a pandemia do novo Coronavírus pôs a nu, entre outras coisas, a trágica profundidade das desigualdades no mundo e, especialmente, a permanência das vulnerabilidades, das discriminações e das violências impostas às mulheres de todas as idades e de todos os cantos do planeta (Butler, 2020; Galindo, 2020; Federici, 2020). É claro que nem todas as mulheres e raparigas sofrem com a mesma intensidade, nem enfrentam em igualdade de condições, os

efeitos das opressões e da pandemia. Porém, é bom não esquecer que a experiência milenar das mulheres nos tem ensinado que não importa a crise, a calamidade ou a tragédia, elas são sempre as mais atingidas, as menos protegidas e as que menos são ouvidas. Por isso, uma categoria de *gênero* que assume todo o seu potencial crítico e de análise das desigualdades é fundamental para compreender o que, realmente, está em causa. A este respeito argumentamos em dois sentidos.

Em primeiro lugar, nas nossas sociedades há uma desvalorização sistemática dos trabalhos das mulheres e raparigas, sobretudo os do cuidado, realizados a nível da família e da comunidade. No entanto, estes trabalhos são responsáveis por gerar uma imensa economia não-remunerada e não-monetária e que nunca cessa (Federici, 2013). Isto significa três coisas que é preciso não esquecer quando repensamos o *gênero*. A primeira é que está comprovado que esta economia, produzida por estes trabalhos das mulheres e raparigas é, três vezes superior, à de todo o sector tecnológico no mundo (OXFAM, 2020).



A segunda, é que grande parte da acumulação de riqueza do 1% das pessoas mais ricas do planeta não seria possível sem o trabalho não-pago das mulheres e das raparigas (Orozco, 2014). Portanto, as desigualdades têm a sua raiz num conceito de *gênero* que subalterniza e explora o trabalho e determina as funções sociais e o estatuto subalterno das pessoas que se representam como femininas. Em terceiro lugar é que, hoje em dia, a mais insurgente das reflexões sobre o *gênero* é afirmar que durante esta pandemia a economia não parou. Pelo contrário, as economias que produzem a vida incessantemente, têm estado a funcionar na sua máxima capacidade para proteger, alimentar, abrigar curar, cuidar, produzir alimentos, limpar, apoiar e amar (Cunha; Valle, 2021). Sem ela ninguém teria sobrevivido. Por todos estes motivos há que repensar a economia política contemporânea para poder repensar o *gênero*.

Assim, é importante referir-se que o *género* é muito mais do que uma categoria de análise ou uma categoria relacional. O *género* é um instrumento para ler o mundo e imaginar a sua transformação. Por isso, a Justiça de Género é muito mais do que a Igualdade de Género. Não se trata apenas de mulheres e homens e das relações entre elas e eles; não é apenas acerca da igualdade de oportunidades, da inclusão das diferentes identidades sexuais nas políticas e nas sociedades. Do que se trata, realmente, é de pensar um mundo onde a justiça se concretize na distribuição equitativa de recursos materiais e simbólicos; no acesso pleno de todas/os ao respeito e à dignidade; numa divisão do trabalho na qual todas/os somos responsáveis por manter as condições para o florescimento da vida e o bem-estar para todas/os; onde o género seja uma condição permanente de resistência a todo o tipo de opressões e discriminações e sem a qual não se pode usufruir de todos os bens que a humanidade e a Mãe Terra geram a cada momento.

Pensar, pois, criticamente sobre o conceito de género tem como objectivo de resgatar as suas potencialidades de transformação estrutural para chegarmos a uma justiça social substantiva e concreta para todas e todos.



### 3. Repensar o género: aprofundando relações, procurando sentidos, pensando a emancipação

#### 3.1. A dicotomia <sup>homem</sup> mulher e o que está para além dela

Como já explicitamos atrás, o *género* é um conceito que pretende, entre outras coisas, ler e explicar as relações de poder desigual entre as diferentes identidades sexuais que são socialmente construídas. Por esse motivo, o *género* é diferente do conceito de identidade sexual ou do de orientação sexual. O *género* envolve sempre o olhar e as expectativas da sociedade sobre a pessoa individual e os grupos com identidades partilhadas. Já a identidade sexual é uma relação de intimidade de cada pessoa com o seu próprio corpo. É como se identifica a si mesma/o, como pensa e se representa enquanto feminina, masculina ou outra identidade sexual que não caiba nesse binarismo. A orientação sexual é a forma como cada ser humano se relaciona afectiva e emocionalmente com os outros seres humanos o que inclui a experiência da sua sexualidade. Este é outro factor de complexidade que devemos compreender e ter em consideração quando pensamos o *género* e as opressões estruturais a que cada pessoa pode estar sujeita.

Longe de ser uma ideia nova, da qual os movimentos LGBTQ+ têm sido os seus principais arautos no nosso tempo, as identidades sexuais dos seres humanos, que vão muito além do par mulher-homem, são uma realidade em muitas culturas e sociedades. Por exemplo, vários povos originários das Américas, como os Dakota, reconhecem a existência de uma multiplicidade de identidades sexuais e de géneros dentro da sua comunidade nacional (Jacobs; Thomas; Lang, 1997); o povo Bugi da Indonésia reconhece 5 identidades sexuais diferentes a que correspondem outros tantos

gêneros<sup>4</sup>. Na Índia existem as pessoas hijra consideradas a terceira identidade sexual ou terceiro gênero, que está para além de se ser mulher ou homem<sup>5</sup>. No Uganda os povos Nilotic lango, Iteso e Karamojan reconhecem uma terceira identidade sexual e gênero a que chamam mudoko daka<sup>6</sup>. Na Nigéria existem as pessoas yan daudu (Sinikangas, 2004) e no Lesotho as motsoalle<sup>7</sup>.

Por outro lado, há sociedades humanas onde as identidades sexuais são transitivas, isto quer dizer que, ao longo da vida de uma pessoa, ela pode assumir diferentes identidades. Por isso, também muda o seu comportamento, o seu estatuto e a forma como se pensa e é pensada pelas suas comunidades e famílias. A título de exemplo pode-se indicar que, em sociedades como a Igbo, na actual Nigéria, o que determina o estatuto/ identidade sexual na família não é nem o sexo biológico nem sequer o gênero que foi construído até um certo momento da vida (Amadiume, 1998). Por isso, há pessoas biologicamente do sexo feminino, que foram criadas como mulheres, mas que irão assumir o estatuto de maridos na idade adulta; ou meninos, biologicamente do sexo masculino, criados como meninos que vão assumir o estatuto de filhas. Em várias nações ameríndias das Américas quando uma criança nasce pode ser reconhecida como uma menina ou menino durante um certo período da vida. Quando entra na adolescência isso pode mudar completamente: quem foi criada como menina torna-se menino e vice-versa. Isto significa que a diversidade das identidades sexuais e dos *gêneros* são construídos socialmente, frutos das contingências históricas e que, negar esse facto, é uma forma de violência pois recusa a humanidade integral a milhões de milhões de pessoas.

4. Ver aqui: <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2021/05/4924552-o-lugar-do-mundo-que-reconhece-5-generos-diferentes.html>. Último acesso em 15062021.

5. Ver aqui: <https://rpl.hds.harvard.edu/religion-context/case-studies/gender/third-gender-and-hijras>. Último acesso em 15062021.

6. Ver aqui: [https://en.linkfang.org/wiki/Mudoko\\_dako](https://en.linkfang.org/wiki/Mudoko_dako) Último acesso em 15062021.

7. Ver aqui: <https://en.wikipedia.org/wiki/Motsoalle> Último acesso em 15062021.



Como se pode inferir do que foi apresentado e argumentado em cima, em muitas sociedades o gênero, a identidade sexual e a orientação sexual dizem-se através de outras palavras e seguramente através de outras ideias sobre expectativas, comportamentos ou estatutos que são atribuídos às diferentes pessoas. Assim, repensar o *gênero* significa também reconhecer que o conceito pode ser estranho em determinadas comunidades humanas e que esta palavra, e os conteúdos que pomos dentro dela, não serve para dizer o pluriverso das experiências e conhecimentos humanos a este respeito. Precisamos assumir também que temos muito ainda a aprender e que ainda não temos vocabulário para dar conta de toda essa riqueza identitária que está inscrita nos corpos humanos. Como diz o conhecido ditado africano, é preciso que a leoa conte a estória da caçada senão só vamos conhecer a versão do caçador ou a do leão.



### 3.2. As muitas garras do monstro das três cabeças: género e interseccionalidade

Outra questão importante a discutir é sobre a interseccionalidade dos sistemas de opressão tanto a nível pessoal, individual como a nível social. Há muito tempo que as feministas perceberam que as opressões, a que os corpos e as vidas dos seres femininos estão sujeitos, têm várias origens e actuam por camadas sobrepondo-se e reforçando-se mutuamente. Pensando a partir de Moçambique é importante lembrar que, durante o colonialismo, as mulheres já tinham entendido e experimentado que não bastava proclamar-se mulher para compreender a discriminação a que estavam sujeitas. Ser-se mulher e negra aprofundava a sua vulnerabilidade à violência e à pobreza. Contudo, ser-se mulher, negra e iletrada, por exemplo, aumentava exponencialmente a degradação do seu estatuto social e as suas possibilidades de se libertar das sujeições que lhes eram impostas. Podemos ver isso magistralmente explicitado nos poemas de Noémia de Sousa, para dar um exemplo; ou ainda fica explícito em várias outras obras (Castelo, et al, 2012; Departamento de História, 2000; Chilundo *et al*, 1999; Gentili, 1998).

A palavra interseccionalidade, o conceito que permite apreender essa articulação de múltiplos eixos de desigualdades, que se cruzam e se acumulam formando formas específicas de discriminação, foi cunhado 1989 pela feminista negra Kimberlé Crenshaw (1991). A partir daí, tem sido largamente utilizado para designar a articulação de diferentes factores, como a raça, escolaridade, classe social, literacia, sexualidade, religião, aparência física, que criam camadas de opressão ou de privilégios que são experimentados ou vividos por cada uma/um de nós. A interseccionalidade não diz respeito apenas à multitude do que nos oprime e nos violenta, mas também àquilo que nos pode permitir a resistência e a acção em prol da nossa total dignidade humana. Repensar o *género* e

activar a sua vocação revolucionária significa, pois, compreender essas realidades estruturais que nos podem condicionar ou libertar.

A partir da ideia de interseccionalidade, há uma questão que me parece muito importante discutir. Os feminismos chamados liberais lutam pela representatividade das mulheres nas diversas estruturas da sociedade sem, no entanto, colocar em causa essas mesmas estruturas. Estes feminismos, que são os dominantes e estão bem representados nas políticas de cooperação, por exemplo, preocupam-se com a Igualdade de Género, muitas vezes pensado como requisito formal e como princípio abstracto, do que com a emancipação e a transformação efectiva das condições de vida dos grupos vitimizados e empobrecidos. Eles também colocam a ênfase na experiência individual de cada mulher ou cada ser que se representa enquanto tal e naquilo que cada uma consegue alcançar para si. O foco é individual e centrado no mérito de cada uma/um para se libertar do que considera ser a sua opressão.

Ao contrário, argumentamos que a interseccionalidade deve ser compreendida para além das nossas experiências enquanto identidades individuais, sujeitas a múltiplas justaposições de factores e aspectos que influenciam diariamente a nossa vida individual e a forma como somos reconhecidas/os. Para os feminismos comprometidos com uma visão política do *género* a insistência em fazer da experiência da interseccionalidade uma mera questão individual tem vários efeitos negativos que é necessário identificar e reflectir.



O primeiro é que reforça uma visão individualista da experiência humana, seja de opressão ou de emancipação, fragilizando os laços e as alianças que é necessário construir para conseguirmos transformar o mundo. Assim, é possível justificar as políticas assistencialistas que têm por objectivo apoiar quem está em dificuldades, mas sem mudar os regimes e os sistemas que geram essas vulnerabilidades.

Por outras palavras, insistir numa visão meramente identitária da interseccionalidade pode-nos levar até um mundo onde não existem, ou não são legitimados, projectos políticos de alteração substantiva e concreta das condições de realização da nossa inalienável dignidade humana. O segundo efeito, que decorre deste primeiro, é a perda do carácter eminentemente político deste conceito na medida em que se negligenciam os sistemas de opressão que sobredeterminam as diferentes existências individuais. Neste sentido, parece ser apropriado, neste processo de repensar o conceito de *género*, levar a cabo uma curta reflexão sobre o que aqui se designa da economia política da interseccionalidade dos sistemas de opressão.



No epicentro desta reflexão feminista sobre o *género* está o reconhecimento de que existem três grandes sistemas de opressão que agem de forma concertada e interseccional. São eles o capitalismo, o colonialismo e o hétero-patriarcado. Cada um deles potência o carácter destruidor e violento dos demais.

### 3.3. Três corações que derrotam as três cabeças do monstro. O *género* da emancipação.

Sabe-se que o hétero-patriarcado é a mais satânica e transversal forma de produção de desigualdades no mundo. Estas desigualdades não são apenas sociais e económicas, mas são sobretudo ontológicas, ou seja, relativas à dignidade de cada ser. O hétero-patriarcado não discrimina e minoriza apenas a parte feminina da humanidade, mas considera-os falhos de humanidade (Cunha, 2014). Por outras palavras, são seres menos humanos do que os que são machos, investidos de soberania sobre elas por uma qualquer ordem que as transcende. Além disso, o patriarcado é hétero-normativo, isto é, define como normalidade a heterossexualidade sendo consideradas todas as outras formas de expressão sexual como desviantes e monstruosas. Sacralizando a figura do 'pai', não apenas do ponto de vista biológico, mas sobretudo do ponto de vista simbólico, torna-a na intocável e inquestionável como mostra a literatura desde os anos 1970 do século XX (d'Eaubonne; 1977; Rubin, 1977). Através desse artifício filosófico e cultural cria-se a ideia de que o exercício do poder paternal sobre as crianças e as fêmeas do seu grupo, não só é natural, como sagrado. Qualquer contestação ou desobediência é absolutamente intolerável e gera um sem fim de punições. O hétero-patriarcado adquire muitas formas e matizes dependendo da história e dos contextos concretos em que se manifesta. No entanto, é fácil de constatar a sua existência e força nas mais diversas normas culturais, nas letras das canções, nas histórias orais, na literatura, nos discursos políticos ou na publicidade que se repete vezes sem fim nas televisões ou na rádio. Por isso repensar o *género* representa também prestar atenção a como o conceito é apropriado pelo patriarcado para o reduzir a uma medida técnica, um critério burocrático e numa arma cultural contra os Direitos Humanos das Mulheres e da comunidade LGBTQ+.

Por outro lado, o colonialismo europeu, ao longo dos últimos cinco séculos, tem vindo a acrescentar camadas de exclusão, indignidade, exploração e devastação nos corpos e nos territórios colonizados. De todos eles têm sido os das mulheres - e de todas as demais identidades não conformes com as masculinidades patriarcais - das colónias os mais atingidos por essa pulsão violenta de conquista e exploração. Elas foram transformadas em moeda de troca para levar a cabo alianças políticas; foram e são igualadas a gado para efeitos de comércio e da acumulação de riqueza dos seus senhores; elas têm sido tratadas como meras incubadoras de escravos, de soldados para morrer nas guerras ou de mão-de-obra barata; são concebidas como objectos do prazer sexual dos homens, sem alma, sem voz e sem vontade; são a força de trabalho bruta e silenciada a quem não é reconhecido qualquer direito ou agência e muito menos sabedoria ou capacidade de pensar e decidir.

Assim, além da discriminação já exercida pelo hétero-patriarcado sobre as mulheres, o colonialismo produziu activamente, uma nova condição ainda mais excludente e violenta para a maioria delas. A divisão entre os seres humanos tornou-se abissal: passou a haver seres humanos com o máximo de dignidade: que seriam os machos europeus-brancos; seres humanos com uma dignidade diminuída: mulheres europeias-brancas e os homens colonizados; e seres sem qualquer dignidade: as mulheres colonizadas (Cunha, 2014; McFadden, 2006; Mama, 1995; McClintock, 1995). Além disso, o colonialismo cooptou para esta ideologia de privilégios masculinos exclusivos as elites locais que viram nesta oportunidade um modo eficaz de aumentar e manter o seu poder e acumular o seu poder e as suas riquezas à custa da vida, do trabalho e dos corpos das mulheres de todas as idades.

Pode-se argumentar que com as independências políticas obtidas no século passado o colonialismo acabou. Porém,

uma observação atenta da realidade mostra que muitas facetas do colonialismo permanecem activas. Continua a haver colónias que estão sob alçada política de países ocidentais. Muitas das relações de tipo colonial, como o trabalho escravo, continuam a existir em muitos lugares do mundo. Isto também fica bem manifesto na forma como continuam a proliferar, nas práticas culturais contemporâneas, e sob o argumento de autenticidade africana, as crenças da superioridade masculina na vida privada, comunitária e pública e como isso tem levado à multiplicação de crimes contra a vida e a dignidade delas.



Por fim, o capitalismo, como um sistema económico dominante nos últimos três séculos assenta em dois pilares principais: o primeiro é a ideia do mercado capitalista como o único funcional que actua como uma entidade auto-consciente e com um desígnio universalista e totalitário; o segundo é que tudo pode ser vendido e comprado (Orozco, 2014). Quem pode comprar, possuir e decidir o que tem, ou não, valor é quem tem riquezas e poder para isso. Fica claro que estes são os 1% que, na maioria, são homens brancos dos Estados Unidos da América e da China. Eles tornam-se, assim, a medida de todas as coisas. Além disso, o capitalismo reduziu o trabalho a uma mercadoria que pode ser vendida e comprada contrariando a ideia secular do trabalho como uma actividade humana que provê às necessidades da vida (Polanyi, 1944/2001). Inventou, por isso, a ideia da oposição entre o espaço do trabalho produtivo, assalariado, e o espaço do trabalho reprodutivo, não-pago (Federici, 2004; Cunha, 2015). Uma das consequências maiores que daqui decorre é a ideia de uma divisão



sexual do trabalho que naturaliza as esferas marcadas pela essencialização do feminino e do masculino e reforça as expectativas de género com base na subalternidade das identidades que se veem como femininas.

Para o capitalismo foi necessário inventar a mulher como 'dona de casa', responsável pelo cuidado e pela infra-estruturação da vida e das condições necessárias para a produção e a consequente acumulação do capital. Ao mesmo tempo, foi imprescindível tornar esse trabalho todo, invisível e subordinado. Por isso, os trabalhos das mulheres e raparigas têm sido qualificados como não-trabalho, ou seja, actividades subalternas, ou consideradas coisas da sua natureza, que não podem evitar fazer. Sendo assim, os trabalhos das mulheres, realizados fora da esfera industrial, dos serviços e do comércio monetizados, ou seja, aqueles que são levados a cabo no espaço doméstico ou da comunidade, uma vez que não são remunerados, deixam de ser trabalho ou, quando muito, são considerados trabalho reprodutivo. Neste âmbito estão todos os trabalhos que escapam às lógicas mercantilistas de acumulação, lucro e dos benefícios individuais. Todos esses trabalhos foram desvalorizados e proclamados como não sendo essenciais à chamada economia global. No entanto, são eles que garantem as condições sem as quais a vida não pode existir durante todas as crises ambientais, alimentares, sanitárias, alimentares, de segurança, políticas e económicas.

A pressão exercida pelo monstro das três cabeças nas nossas vidas e nas vidas das nossas comunidades e nações é contínua e poderosa. Alcançar a Justiça Social com Justiça de Género obriga-nos a olhar com atenção para estas realidades e discernir como elas emergem e actuam nas nossas sociedades. Transformar as nossas vidas e o mundo implica, pois, clareza quanto aos nossos objectivos, sobre os nossos recursos e limites como também sobre as nossas capacidades para desnaturalizar a ideia de que pouco ou nada se pode fazer para mudar o actual estado das coisas. O *género*, no seu sentido mais potente, permite mostrar que estas coisas são construções sociais e que, por meio da nossa acção política cidadã e solidária, outro mundo pode surgir com outras regras e com horizontes mais humanos.

Uma das tarefas mais urgentes, mas também mais difíceis, é saber juntar as diferentes lutas por direitos, reconhecimento, representatividade e recursos. Todas as lutas são importantes e todas elas são necessárias. Para recriar a vocação revolucionária do conceito de *género* é importante perceber que apesar de, em certos momentos, algumas lutas poderem ir na frente, noutros, serão outras as que assumirão o protagonismo. A estratégia é reforçar cada luta com as demais. É forjar todos os dias, um caminho que se faz caminhando, compromissos mútuos articulando ideias e ideais; conversar e colaborar para se conseguirem os bens que são comuns e os benefícios que serão de todas/os. Esta tarefa exige compreensão da realidade, mas também obriga a uma prática profunda de democracia incluindo a valorização da diversidade; o rompimento com os cultos de personalidade e dos protagonismos individuais como um objectivo de vida. Talvez seja isto mesmo o mais árduo trabalho que temos pela frente: procurar incessantemente o que nos pode unir e o que nos pode empoderar para nos fazer avançar individual e colectivamente.



Não existem nem feminismos mais ou menos puros nem feministas mais ou menos esclarecidas. Aceitar essas qualificações significa que nos deixamos dividir e nos desentendemos no essencial: agir para transformar a nossa vida e transformar o mundo para que toda/os caibamos nele com a máxima dignidade e respeito pelas nossas diferenças e as nossas estórias. Reconhecer, unir e cuidar são os corações da nossa emancipação e que derrotarão o monstro. Eles são também as razões que podem sustentar as nossas lutas desde os tempos imemoriais e hoje. Eles podem ser ditos desta maneira:

- É preciso **reconhecer** que existem relações de poder desigual com base nas identidades sexuais;
- É necessário afirmar que essa desigualdade tem gerado morte e toda a sorte de violências, discriminações e infelicidades e que nos precisamos **unir** para acabar com elas;
- É imprescindível mobilizar os conhecimentos e as experiências forjadas nesses sofrimentos para nos **cuidarmos** e **cuidar** para que nada possa ficar como dantes.

## Um olhar a partir da realidade de Moçambique: os caminhos abertos para uma justiça feminista para todas/os

**A**vanço com a seguinte tese: a Justiça Social ou é feminista ou não é. Esta afirmação funda-se no carácter revolucionário de um conceito de *género* que reconhecemos ser capaz de ler e problematizar a realidade em que vivemos questionando e desnaturalizando os sistemas que produzem as violências e as discriminações assim como os privilégios que existem com base nas diferentes identidades sexuais. Neste sentido, não poderá haver Justiça Social sem Justiça de Género. Neste sentido argumentamos que a Justiça é um horizonte para onde dirigimos o nosso olhar, as nossas acções e também as nossas esperanças; e uma ferramenta que nos permite congregiar as forças para fazer o caminho, caminhando.

É um processo de profunda democratização das relações sociais e políticas e das nossas mentes. Por isso, as alternativas democráticas, concretas, viáveis e justas têm que ter em consideração as diferentes esferas da vida social reconhecendo e valorizando os conhecimentos das periferias sejam elas geográficas, políticas e identitárias. Assim, seremos capazes de colocar em evidência todos os recursos democráticos que existem dentro nossas culturas e sociedades em vez da violência e do autoritarismo que está a emergir como forma de governar e controlar. Uma perspectiva feminista de uma justiça feminista busca alternativas democráticas que podem transformar as nossas sociedades em projectos políticos verdadeiramente inclusivos. As mudanças começam quando depois de lermos o nosso mundo somos capazes de imaginar o mundo que queremos. Repensar o *género* não deve escapar a esse duplo exercício.

Partindo da presente realidade moçambicana apontamos, em seguida, alguns dos problemas que identificamos e que preocupam para, em



seguida, apresentar os trinta horizontes, um por cada milhão de moçambicanas/os, que se reconhecem na sua diversidade; se unem para alcançar a paz e a prosperidade para todas/os; e cuidam para garantir um futuro digno a todas as suas/seus filhos.

Identificamos os seguintes como sendo os mais críticos (Cunha, 2021):

- a) Moçambique é um país onde a maioria da população são mulheres, sobretudo jovens. A prevalência de casamentos precoces e forçados das meninas é muito elevada; a infecção pelo HIV é superior a 13% e atinge 3 vezes mais as mulheres do que os homens; a violência praticada contra as mulheres atinge níveis alarmantes - uma em cada 3 refere que já sofreu algum tipo de violência na sua vida; apenas 1,4% tem escolaridade de nível secundário e no meio rural 71,6% são iletradas; cabe às mulheres a provisão de alimentos e o cuidado com ascendentes e descendentes vulneráveis e/ou dependentes. Existem muito poucos dados disponíveis sobre a comunidade LGBTQ+ nem sobre os problemas que enfrentam. Contudo numa avaliação parcial recente levada a cabo pela LAMBDA (2021) mostra que a violência contra esta comunidade é uma realidade.;
- b) Moçambique tem cerca de 30 milhões de habitantes e conta apenas com 2.473 médicas/os dos quais mais de 400 são estrangeiras/os. Segundo revela um estudo do Ministério da Saúde existe menos de uma Unidade Sanitária por 10.000 habitantes. O inventário, realizado pelo Instituto Nacional de Saúde, revela

também que 19% das 1.643 unidades sanitárias não tem energia eléctrica, 12% não dispõe de fonte de água dentro ou no recinto da unidade e que 21% não tem casa de banho para pacientes;

- c) Em Moçambique, como em muitos outros países, a emigração por motivos económicos é uma realidade transversal. Também as deslocações forçadas por motivos de guerra, os reassentamentos involuntários por causa da exploração maciça das riquezas agrícolas, minerais e energéticas do país e aquelas que são devidas às tragédias ambientais são motivos de grave preocupação. As mulheres e as meninas ficam ainda mais vulneráveis à violência, a problemas de saúde, em especial a saúde sexual e reprodutiva, à violação dos seus direitos e garantias de direitos, diminuindo drasticamente a sua capacidade de viverem as suas vidas com dignidade e respeito. Esta realidade de deslocação e reassentamento forçados aumenta os riscos de infecção pelo novo Coronavírus e outras doenças endémicas agravando as suas consequências. A mobilidade humana nestes casos, deixa de ser um direito para se tornar em mais um risco de vida;
- d) Os conflitos militares no centro (Manica e Sofala) e a guerra no norte Cabo Delgado) do país têm provocado a destruição de infra-estruturas essenciais (pontes, estradas, postos de saúde, escolas, postos administrativos); a morte de milhares de pessoas; o deslocamento forçado de centenas de milhar; o corte no abastecimento de bens essenciais à vida; a rápida urbanização devido ao aumento drástico da concentração populacional nas cidades e vilas sedes provinciais ou de distrito; o medo e o pânico generalizados; a normalização da violência como método de resolução de conflitos; e o aumento da prostituição feminina como moeda de troca para acesso a bens essenciais à sobrevivência;



- e) Em países como Moçambique a capacidade de difusão da informação a nível nacional é bastante limitada. Além disso, a pluralidade linguística do país, a sua extensão territorial, a ausência de infra-estruturas de comunicação de massas (rádio, televisão, telefone celular, jornais) e a fraca capilaridade dos serviços do Estado em muitas zonas do país, nomeadamente nos meios rurais remotos onde se concentra uma boa parte da população, introduz mais um factor de risco em situação de alarme;
- f) A liberdade de imprensa e de expressão tem estado sob ameaça de muitas maneiras. Além de algumas pessoas agredidas, outras foram assassinadas havendo notícia de vários jornalistas detidos e vários que estão desaparecidos há meses.
- g) Tal como muitos outros países no continente africano, Moçambique tem uma economia muito porosa e dependente da ajuda externa. Não existe praticamente tecido industrial sendo o país totalmente dependente do exterior no que respeita a produtos manufacturados. A soberania alimentar está gravemente ameaçada pela importação maciça de produtos agrícolas do estrangeiro e pela falta de investimento na agricultura familiar camponesa e nos circuitos comerciais de proximidade. Isso significa uma enorme fragilidade perante alterações drásticas da economia global e regional. Em caso de calamidade o país tem profundas dificuldades em responder adequadamente aos desafios que lhes são postos.

O processo de repensar o género de que resulta este ensaio inspiram várias reflexões que estão na base da visão do mundo e da sociedade que a seguir apresentamos. A principal lição aprendida em colectivo é que o género, como o pensámos e repensámos, é fundamental na acção política de todas/os para vivermos em sociedades onde:

### Onde a violência não tem lugar

Por isso, a primeira coisa que se tem que fazer é reconhecer que as mulheres e meninas, assim como as outras identidades sexuais discriminadas têm sido, ao longo dos séculos, as pessoas mais vitimizadas por todos os tipos de violência, em especial, em tempos de conflito, desastres, crises e pandemias. A segunda é pedir perdão, publicamente, enquanto sociedade, por todas as vezes que nos calámos ou fomos, de alguma maneira, instrumentos de violência simbólica, física, sexual, económica ou emocional. A terceira, é implementar mais políticas públicas com medidas concretas e efectivas para sua protecção. Assim, no nosso Moçambique feminista:

- Existe uma colaboração permanente entre entidades públicas e as Organizações da Sociedade Civil para fazer chegar, a todo lado, meios de denúncia de qualquer violência como a criação de linhas telefónicas de emergência, gratuitas, e uma rede nacional de instituições, como farmácias ou associações locais com meios para encaminhar as vítimas e denunciar os agressores aos órgãos policiais e judiciais competentes;
- Temos equipas formadas e dotadas de meios adequados para apoiar as mulheres e as meninas implementando medidas de mitigação imediata como o seu rápido afastamento dos agressores;



- Temos uma rede nacional de Casas Seguras, devidamente equipadas e operacionais para receber vítimas de ameaça, violência consumada ou em perigo de vida, especialmente mulheres e meninas;
- Trabalhamos em conjunto com as lideranças locais, formais e informais, para identificar e salientar práticas e crenças culturais que potenciam relações de poder igualitárias entre mulheres e homens e de resolução positiva de conflitos;
- Temos políticas públicas de saúde e educação para promover o trabalho conjunto com as lideranças locais, jornalistas médicas/os, enfermeiras/os, educadoras/es para deslegitimar cultural e politicamente todos os actos de violência mostrando que eles são contra a nossa cultura e identidade e o bem-estar de todos;
- Existem Fóruns de Diálogo Permanente, locais regionais provinciais e nacionais, onde participam membros eleitos da sociedade civil, do Estado e das empresas para identificação colaborativa dos problemas relacionados com a violência e decidir o que fazer para os solucionar;
- Nenhum agressor fica impune;

## Onde a saúde é bem cuidada porque é um bem comum

As prioridades nacionais foram invertidas. O nosso maior investimento colectivo é feito nas áreas sociais como a educação, a segurança social e a saúde. Os desastres ambientais, a guerra e as pandemias têm-nos ensinado o quanto é importante prestar uma atenção especial à saúde sexual e reprodutiva das mulheres e das meninas assim como à sua saúde mental e emocional. Sem saúde e sem elas saudáveis, toda a sociedade adocece. Estamos a ampliar o que já temos com as seguintes medidas:

- Temos uma política pública de serviços de planeamento familiar, saúde sexual e reprodutiva, especialmente a grávidas, lactantes e vítimas de violência sexual, com equipas móveis, formadas e bem apetrechadas. Sempre que necessário, têm recursos para exercer as suas funções à distância usando os rádios locais e os telefones celulares e outros meios que estiverem disponíveis. Nestas equipas existe sempre uma ou mais pessoa falante das línguas nacionais do território onde actuam;
- Temos uma política pública de equipas móveis compostas por diferentes profissionais de saúde com formação especial e material adequado para poder prestar cuidados de saúde primários e acompanhamento psicológico nomeadamente nas áreas remotas do país ou às populações deslocadas. Sempre que necessário, têm recursos para exercer as suas funções à distância usando os rádios locais e os telefones celulares e outros meios que estiverem disponíveis. Nestas equipas existe sempre uma ou mais pessoa falante das línguas nacionais do território onde actuam;



- Temos em todas as unidades sanitárias existentes meios para aconselhamento, planeamento familiar e acesso gratuito a contraceptivos, especialmente os de longa duração. Por isso já praticamente não existem gravidezes na adolescência nem fístulas obstétricas;
- Todas as unidades sanitárias do país têm energia eléctrica, água potável e saneamento básico e as/os profissionais de saúde têm uma adequada e suficiente provisão de medicamentos e equipamentos de protecção sanitária tais como: máscaras reutilizáveis, soluções desinfectantes, batas e luvas descartáveis, entre outros;
- O estado e o governo têm políticas públicas de regulamentação e controlo da implementação das mesmas condições de segurança sanitária para os actores privados tal como: empresas da indústria e comércio, serviços, produção agrícola intensiva, obras, transportes, meios de comunicação social;
- Temos circuitos estabelecidos de informação rigorosa sobre os riscos decorrentes e as medidas de prevenção da pandemia da COVID-19, do HIV/SIDA, e outras doenças endémicas no país.
- Esta informação circula em diferentes línguas e através de vários meios de difusão para chegar a todas as pessoas: mensagens SMS, rádio, televisão (em sinal aberto), cartazes, camisetas, calendários especiais, entre outros;

## Onde os trabalhos das mulheres são reconhecidos, valorizados e os seus direitos garantidos

Reconhecemos que a economia do cuidado, levada a cabo por mulheres e raparigas é a maior e a mais resiliente de todas as economias. Alimentar, limpar, proteger, ensinar, produzir e processar a comida, apoiar emocionalmente as/os familiares, ensinar as crianças tudo o que precisam saber para crescerem felizes e com saúde, ir à machamba, são alguns dos trabalhos que fazem parte da vida de quase todas as mulheres de Moçambique e do mundo. Estes trabalhos, repetidos todos os dias com esforço e valentia, são necessários para que a vida aconteça e valha a pena ser vivida. Além destes, as mulheres fazem comércio, têm empregos, costumam, pescam, são operárias ou vendedeiras. Se as mulheres parassem de trabalhar, dentro e fora de casa, o mundo pararia. Por isso, no mundo em que queremos viver:

- Temos políticas de protecção fiscal e de criação de infra-estruturas de transporte e venda para viabilizar, valorizar e apoiar os circuitos curtos de produção e comercialização de alimentos e outros bens essenciais, levados a cabo, especialmente pelas mulheres;
- Temos novas leis de protecção do emprego que proíbem os despedimentos em caso de crise ou pandemia e conferem benefícios fiscais às empresas que mantêm os empregos e cumprem com todos os direitos trabalhistas. Estas leis estão a ser permanentemente fiscalizadas por equipas devidamente formadas para isso;
- Estão criadas unidades de segurança sanitária para apoio das/os empresárias/os do chamado sector informal;
- Os ministérios da economia e finanças, conjuntamente com as organizações do chamado sector informal da economia, estão a criar



os mecanismos de avaliação do valor económico real desta economia para incorporar a riqueza produzida no cálculo do Produto Interno Bruto – PIB do país;

### Onde a cidadania de todas/os é uma experiência diária de partilha de autoridade e de poder

Sabe-se que as guerras, as pandemias e outras crises e desastres, afectam de maneira diferente mulheres e homens. Em muitos casos, o impacto na vida das mulheres não é apenas desigual, mas é mais violento, atingindo-as de forma desproporcional assim como a todas as pessoas que dependem delas. Por isso, é absolutamente indispensável que elas, na sua diversidade, possam decidir sobre as suas vidas e sobre a das suas comunidades. É necessário que elas estejam presentes desde o momento em que se começa a pensar sobre o que há a fazer, até ao momento de avaliar o que já se fez e se decidir o que se vai fazer a seguir. Neste nosso Moçambique feminista, a partilha equitativa da autoridade e do poder de decidir é muito importante. Para isso recusamos a ideia de que *one size fits all* e temos as seguintes políticas:



- Temos a Lei da Paridade total (50%/50%) assim como os mecanismos de implementação e da sua fiscalização completamente operacionais;

- A paridade total de 50% de mulheres e 50% de homens aplica-se a todos os níveis e esperas da vida pública e são envolvidas/os mulheres e homens provenientes de várias gerações, dos vários sectores da sociedade (sociedade civil, estado e economia), de todas as regiões, falantes de várias línguas e com diferentes tipos de competências;

- Está garantida a liberdade e a independência dos meios de comunicação social garantindo os direitos de todas/os de informar e ser informada/o. Não há ameaças, nem perseguições, nem ataques a quem pensa de maneira diferente. Pelo contrário, o sentido crítico é bem-vindo pois sabemos que é com ele que nós podemos avançar;

- Fazemos uma fiscalização permanente e democrática da acção das forças de segurança, policiais e militares através de mecanismos seguros de denúncia de abusos, negligência e corrupção, em especial perpetrados contra as mulheres, as meninas e a comunidade LGBTQ+;

### Onde a Justiça Social e de Género significa paz, pão, habitação, saúde e educação para todas e todos

É imprescindível criar e manter os processos democráticos de reflexão e decisão para chegar à paz e a um modelo de desenvolvimento que se baseie na justiça de sexual, na soberania alimentar, na preservação da biodiversidade, no uso dos recursos naturais para benefício de todos e na efectiva prevenção das alterações climáticas. Para tal é preciso a instauração de todas as políticas públicas que forem necessárias para uma justa redistribuição das riquezas e da instauração de uma Paz efectiva e duradoura. Assim,

- Já foi a provada a Lei, e os seus mecanismos de implementação e fiscalização, de um Rendimento Mínimo Universal atribuído pelo Estado a todas as pessoas que dele necessitem, nomeadamente às mulheres chefes de família, para garantir o direito a uma vida digna de todas e todos. O acesso a este rendimento é descentralizado e não burocrático e baseia-se na presunção de cada cidadã ou cidadão é uma pessoa que não mente nem engana;

- Está em vigor uma moratória para garantir o fornecimento de electricidade e água potável, sem custos, a todas/os durante qualquer estado de emergência e na fase de recuperação social e económica que daí advenha;

- Faz-se a fiscalização diária dos preços praticados nos mercados formais e informais dos bens essenciais à vida e existem mecanismos legais de penalização das empresas, comerciantes e outros agentes económicos que provoquem, artificialmente, a escassez com vista à especulação dos preços;

- Temos comissões paritárias constituídas por mulheres e homens, provenientes dos diversos sectores da sociedade para um amplo diálogo com vista à refundação democrática da Nação para prosseguir o caminho de um desenvolvimento equitativo, justo e em harmonia com a Mãe Terra;

- A Resolução 1325/2000 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres Paz e Segurança está a ser implementada em toda a sua extensão e faz parte dos currículos escolares de todo o ensino primário e secundário como medida de educação para a paz, direitos humanos e transformação positiva de conflitos violentos;

- Todo o país está em paz, os diferentes grupos religiosos e linguísticos se respeitam e toda a população se beneficia equitativamente das riquezas que são comuns;

- Ninguém tolera ou aceita qualquer tipo de corrupção e de abuso de poder. Quem transgride a lei é denunciada/o e punida/o segundo as regras democráticas que todas/os ajudamos a construir;

- Temos um país livre da fome, de sementes transgénicas e de agrotóxicos. Os conhecimentos das/os nossas/os camponesas/essão respeitados e entram em diálogo com outros conhecimentos para produzir comida segura, nutritiva e em quantidade suficiente;

- Acabaram as concessões do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra – DUAT por dezenas de anos e milhares de hectares para os mega-projectos que matam a terra, exploram as nossas riquezas, deslocam as nossas famílias e destroem os eco-sistemas e os nossos modos de vida;

- As mulheres, as meninas e as pessoas da comunidade LGBTQ+ sabem que o seu corpo é delas, que são donas do seu próprio prazer e que a dignidade e a integridade dos seus corpos são respeitadas e defendidas. Por isso vestem-se como gostam e isso não constitui um risco ou um perigo para elas;



Continuamos a poder sonhar todos os dias com o mundo que queremos e a fazê-lo acontecer. Repensar o *género* é muito instigante. Temos que desnaturalizar crenças há muito aprendidas como certas; admitir muitas ignorâncias que não sabíamos ter; reaprender a estar juntas/os e a pensar colectivamente por um bem maior; juntar forças e construir alianças; continuar disponível para lutar e para dar as mãos para não deixar ninguém para trás; cuidar do nosso passado, do nosso presente e do futuro das nossas filhas e filhos.

Esta é uma reflexão começada, mas nunca terminada e é esse sentimento de incompletude e de desafio constantes que fazem mover o mundo e fazem com que este conceito, que tem sido tão maltratado e cooptado, possa voltar a ser o que desde o início foi: a radical ideia feminista de que somos diferentes, mas somos iguais e que só nos salvaremos em comunhão. ■

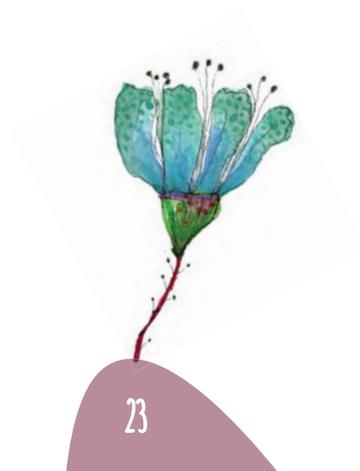


## Referências

- Akinbobola, Yemisi (2019). *Neoliberal Feminism in Africa. Soundings*, 71(71): 50-61.
- Amadiume, Ifi (1998). *Male daughters, female husbands: gender and sex in African society*. London: New York: Zed Books.
- Beauvoir, Simone de (1975), *O Segundo Sexo. Amadora: Livraria Bertrand*.
- Bidaseca, Karina; Laba, Vanesa Vazquez (Comps) (2011). *Feminismos y poscolonialidad Descolonizando el feminismo desde y en América Latina*. Buenos Aires: Ediciones Godot.
- Braidotti, Rosi (2011), *Nomadic Subjects. Embodiment and Sexual Difference in Contemporary Feminist Theory. Second Edition*. New York: Columbia University Press.
- Butler, Judith (2020), 'O capitalismo tiene sus límites', in *Sopa de Wuhan – Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias*, pp. 59-65.  
Disponível em:  
<http://iips.usac.edu.gt/wp-content/uploads/2020/03/Sopa-de-Wuhan-ASPO.pdf>
- Butler, Judith (2004). *Precarious life. The powers of mourning and violence*. London, New York: Verso.
- Castelo, Cláudia; Thomaz, Omar Ribeiro; Nascimento, Sebastião; e Silva, Teresa Cruz (2012). *Os Outros da Colonização. Ensaio sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Chilungo, Arlindo; Rocha, Aurélio; Hedges, David; Medeiros, Eduardo; Liesegan, Gerhard (1999). *História de Moçambique. Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961. Volume 2*. Maputo: Livraria Universitária – Universidade Eduardo Mondlane.
- Crenshaw, Kimberle (1991). 'Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color', *Stanford Law Review*. 43, n° 6, pp. 1241-1299.
- Cunha, Teresa (2021). 'Promessas e Desigualdades em Moçambique: o fardo que as mulheres carregam'. In Sérgio Conrado; *Boaventura Monjane (orgs.) Aporias do Moçambique pós-colonial. Estado, sociedade e capital*. Ottawa: Daraja Press.
- Cunha, Teresa; Valle, Luísa de Pinho. 'A pandemia na vida das mulheres: Uma reflexão feminista a partir de Moçambique e Brasil.' *Revista de Educação Pública*. Cuiabá: EdUFMT (no prelo, aceite em Fevereiro 2021).
- Cunha, Teresa. (2015). *Women inPower Women: outras economias geradas e lideradas por mulheres no Sul não- imperial*. Buenos Aires: CLACSO-CODESRIA-IDEAS.
- Cunha, Teresa (2014). *Never Trust Sindarela. Feminismos, Pós-colonialismos, Moçambique e Timor-Leste*. Coimbra: Edições Almedina.
- Cusicanqui, Silvia Rivera (2010). *Chi'ixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón Ediciones.
- Departamento de História – UEM (2000). *História de Moçambique. Volume 1*. Maputo: Imprensa Universitária.
- D'Euabonne, Françoise (1977). *As mulheres antes do patriarcado*. Lisboa: Editorial Vega.
- Elson, Diane (1992) *Male Bias in Structural Adjustment*. In Haleh Afshar & Carolyne Dennis (eds.), *Women and Adjustment Policies in the Third World*. New York: St Martin's.
- Federici, Silvia (2020) 'Capitalismo, reproducción y cuarentena'  
Disponível em:  
<http://lobosuelto.com/capitalismo-reproduccion-y-cuarentena-silvia-federici/?fbclid=IwAR3DLi9FEFpe3DuENfDhkfrtnOAgBwVrhGILLClguE-fGct5Vbn4XU32PM8>
- Federici, Silvia (2013), *Revolución en punto cero. Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas*. Madrid: Traficantes e Sueños.
- Federici, Silvia (2004). *Caliban and the Witch*. Brooklyn NY: Autonomedia.
- Galindo, María (2020), 'Desobediencia, por tu culpa voy a sobrevivir' in *Sopa de Wuhan – Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias* pp. 119-127.  
Disponível em:  
<http://iips.usac.edu.gt/wp-content/uploads/2020/03/Sopa-de-Wuhan-ASPO.pdf>
- Gentili, Anna Maria (1998). *O Leão e o Caçador. Uma história da África sub-saariana dos séculos XIX e XX*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Jacobs, Sue-Ellen; Wesley, Thomas; Lang, Sabine (Eds.). (1997). *Two-spirit people: Native American gender identity, sexuality, and spirituality*. Urbana: University of Illinois Press.
- LAMBDA (2021), *A Violência com Base na Orientação Sexual e Identidade de Género Perpetrada Contra Jovens e Estudantes nas Cidades de Maputo, Beira & Nampula. Um Relatório de Pesquisa*. Maputo: LAMBDA.
- Lugones, María (2010). 'Toward a Decolonial Feminism'. *Hypatia*, 25(4), pp. 742-759.
- McClintock, Anne (1995). *Imperial Leather: race, gender and sexuality in the colonial contest*. New York: Routledge.
- McFadden, Patricia, (2018) 'Contemporarity. Sufficiency e a Radical African Feminist Life', *Meridians: feminism, race, transnationalism*, vol. 17, n. 2, pp 415 – 431.
- McFadden, Patricia (2006). 'Issues of Gender and Development from an African Perspective'.  
Disponível em:  
[http://archive.kubatana.net/html/archive/opin/001101pm.asp?sector=DEMGG&year=2000&range\\_start=1](http://archive.kubatana.net/html/archive/opin/001101pm.asp?sector=DEMGG&year=2000&range_start=1)
- Mama, Amina (1995). *Beyonde the masks.: race, gender and subjectivity*. London: Routledge.
- Manzanera-Ruiz, Roser (2009) «Mbinu wazitumiazo kina mama kujipatia mali»: Género, economía y desarrollo en Tanzania, 1947-2007. Granada: Universidad de Granada.
- Marín-Sánchez, Isabel (2006) *La cooperación española para el desarrollo como prevención de la emigración marroquí: percepciones, discursos y realidades entre las dos orillas*. PhD Dissertation. Universidad de Granada.
- Mate, Rekopantswe (2015) *Young women challenging and resisting dominant cultural narratives*. BUWA! a Journal on African Women's Experiences, 8. Johannesburg: Open Society Initiative for Southern Africa, Disponível em:  
[https://osisa.org/wp-content/uploads/2018/12/buwa-issue8\\_digitalpublication\\_december-2017\\_smallest-file-size.pdf](https://osisa.org/wp-content/uploads/2018/12/buwa-issue8_digitalpublication_december-2017_smallest-file-size.pdf). Accessed 10 June, 2021.
- Mohanty, Chandra Talpade (1991). 'Under western eyes – Feminist scholarship and colonial discourses', in Chandra Talpade Mohanty et al. (Eds.), *Third world women and the politics of feminism*. Bloomington: Indiana University Press, p. 462-487.
- Moreira, Luciana (2019). 'De enxertos e de podas. AS críticas insurgentes dos feminismos e das teorias queer', *Nanduty*. Vol 7, n° 11, pp 229-255.
- Orozco, Amaia Perez. (2014) *Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida*. Madrid: Traficantes de Sueños.

## Referências

- OXFAM (2020). *Time to care. Unpaid and underpaid care work and the global inequality crisis*. Oxford: OXFAM International.
- Oyèwùmí, Oyèronké (2017), *La invención de las mujeres. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género*. Bogotá: Editorial en la Frontera.
- Polanyi, Karl. (1944/2001), *The Great Transformation – The Political Origins of Our Time*. Boston: Beacon Press.
- Rubin, Gabrielle (1977). *Les sources inconscientes de la misogynie*. Poitiers: Editions Robert Lafont.
- Santos, Boaventura de Sousa; Mendes, José Manuel (orgs.) (2017). *Demodiversidade. Imaginar novas possibilidades democráticas*. Lisboa: Edições 70.
- Sinikangas, Maarit (2004). 'Yan Daudu. A Study of Transgendering Men in Hausaland West Africa', A Master Thesis in Cultural Anthropology Department of Cultural anthropology and Ethnology, Upsala University.
- Sparr, Pamela (ed.) (1995) *Mortgaging Women's Lives: Feminist Critiques of Structural Adjustment*. London: Zed Books.
- Tshabalala, Sibongile P. (2015) *Sustainable Development in KwaZulu Natal South Africa in Post-Apartheid: Women Entrepreneurs in Tourism*. PhD Dissertation. Universidad de Granada.
- UNDP (2020), *A próxima fronteira. O desenvolvimento humano e o Antropoceno*. Human Development Report 2020. Human Development for Everyone. New York: UNDP.
- Vieitez-Cerdeño, Soledad (2017) *Cooperación, políticas públicas e igualdade de género en África lusófona: Angola, Cabo Verde y Mozambique*. In Albert Roca Álvarez (Ed.), *Mujeres, Mercados y Desarrollo: Perspectivas Africanas*. Barcelona: Icaria.



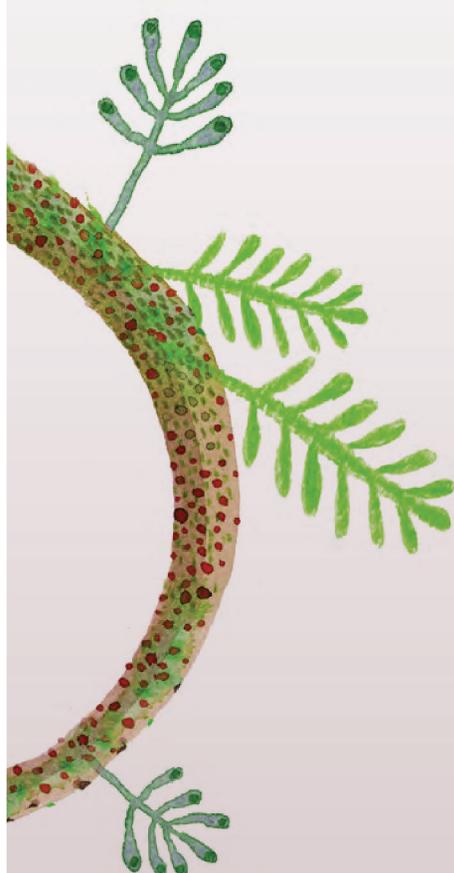




## Sobre a série “Reflexões Feministas”

A série “Reflexões Feministas” partilha dissertações relevantes do trabalho colectivo do *African Feminist Reflection and Action Group* [Grupo Africano Feminista de Reflexão e Acção]. O grupo inclui 40 académicas feministas, activistas sociais e mulheres progressistas de sindicatos e na arena política de diversas regiões do continente Africano. Desde Novembro de 2017, o grupo reúne-se regularmente para debater de forma crítica os desafios que derivam dos padrões de desenvolvimento neoliberal e as actuais reacções políticas negativas contra as mulheres para o activismo feminista africano contemporâneo. Os encontros têm sido facilitados pelo escritório da Friedrich-Ebert-Stiftung em Moçambique.

## Sobre o autor:



**Teresa Cunha** é professora e activista feminista. Doutorada em Sociologia pela Universidade de Coimbra, é investigadora sénior do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra onde ensina em vários Cursos de Doutoramento; co-coordena a publicação ‘Oficina do CES’, os ciclos do Gender Workshop. Co-coordena a Escola da Inverno ‘Ecologias Feministas de Saberes’ e o Programa de Investigação Epistemologias do Sul. É Professora na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra e investigadora associada do CODESRIA e do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. Em 2017, foi agraciada com a Ordem de Timor-Leste pelo Presidente da República Democrática de Timor-Leste. Os seus interesses de investigação são feminismos e pós-colonialismos; outras economias e economias feministas mulheres; transição pós-bélica, paz e memórias; direitos humanos das mulheres no espaço do Índico. Tem publicado artigos científicos vários livros em diversos países e línguas dos quais se destacam: *Mulheres, Territórios e Identidades*, Vol 1, 2 e 3 (2018, 2019); *Women In Power Women*. Outras Economias criadas e lideradas por mulheres do sul não-imperial (2015); *Never Trust Sindarela*. Feminismos, Pós-colonialismos, Moçambique e Timor-Leste (2014); *Ensaio pela Democracia, Justiça, Dignidade e Bem-viver* (2011); *Elas no Sul e no Norte* (2011); *Vozes das Mulheres de Timor; Timor-Leste* (2006); *Feto Timor Nain Hitu - Sete Mulheres de Timor* (2006); *Raízes da Participação* (2008); *Andar Por Outros Caminhos* (2007) e *Crónica da Observação da Coragem* (2002).



**FRIEDRICH  
EBERT  
STIFTUNG**

Publicado por Friedrich-Ebert-Stiftung Mozambique

Av. Tomás Nduda 1313, Maputo, Mozambique

Tel.: 258 21 491231 | Fax.: +258 21 490286

Email: [info@fes-mozambique.org](mailto:info@fes-mozambique.org) | [www.fes-mozambique.org](http://www.fes-mozambique.org)

© Friedrich-Ebert-Stiftung 2018

ISBN: 978-989-8005-11-3

Design - João Athayde e Melo | Ilustração - Ruth Bañon

O uso comercial de todos os meios de comunicação social publicadas pela Friedrich Ebert Stiftung (FES) não é permitido sem o consentimento por escrito da FES. Esta publicação pode ser citada, ou em extractos reproduzida, desde que a fonte seja devidamente reconhecida. As opiniões expressas nesta publicação não são necessariamente da FES.